

Ambiental

1 - Atos do Poder Executivo - [DECRETO Nº 11.666, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Promulga a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, firmada pela República Federativa do Brasil em Kigali, em 15 de outubro de 2016.

2- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/Gabinete da Ministra - [PORTARIA GM/MMA Nº 660, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Institui o Grupo de Trabalho para a Destinação de Florestas Públicas Federais-GT-FPND, com o objetivo geral de promover a destinação das florestas públicas federais.

3- Ministério da Fazenda/Conselho Monetário Nacional - [RESOLUÇÃO CMN Nº 5.095, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Dispõe sobre os financiamentos ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).

Defesa Agropecuária

1 -Ministério da Agricultura e Pecuária/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - [ATO Nº 36, DE 18 DE AGOSTO DE 2023.](#)

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins (substituto) no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos pós registros de agrotóxicos e afins, conforme previsto no Artigo 14, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

Política Agrícola

1 - Ministério da Fazenda/Conselho Monetário Nacional - [RESOLUÇÃO CMN Nº 5.097, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Define os critérios de elegibilidade para as operações de financiamento à inovação e à digitalização com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante remuneração pela Taxa Referencial (TR).

2- Ministério da Fazenda/Conselho Monetário Nacional - [RESOLUÇÃO CMN Nº 5.098, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Ajusta os preços de referência de produtos agrícolas, da pesca e da aquicultura.

3- Ministério da Fazenda/Conselho Monetário Nacional - [RESOLUÇÃO CMN Nº 5.102, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Ajusta normas do Manual de Crédito Rural (MCR).

Tributária

1 - Atos do Poder Executivo - [DECRETO Nº 11.668, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Dispõe sobre os benefícios fiscais de que tratam os art. 56, art. 57, art. 57-A, art. 57-C e art. 57-D da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativos a créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, e sobre o acompanhamento desses benefícios fiscais, na forma prevista no art. 4º da Lei nº 14.374, de 21 de junho de 2022.